

Rediscutindo o espaço-favela : sobre a operacionalização da pesquisa em favelas - o caso do Município do Rio de Janeiro*

Valéria Grace Costa **

“O Brasil é o único País do mundo que consegue reunir num mesmo tempo e espaço territoriais toda a História da Civilização Há brasileiros vivendo na Idade da Pedra, alguns na Antigüidade, um bom número na Idade Média, uns poucos na Re-nascença, muitos entrando, agora, na Revolução Industrial, um pequeno grupo habi-tando a contemporaneidade e um grupo menor ainda com um pé no Século XXI Não foram incluídos na relação aqueles que continuam ignorando o alfabeto, inventado mil anos antes de Cristo pelos fenícios ”(Carlos Eduardo Novaes)

Introdução

Pretende-se rediscutir no presente texto a problemática da favela com enfoque na abordagem dos conceitos, metodologia e operacionalização, empregados nas pesquisas realizadas no Município do Rio de Janeiro. Será abordado num primeiro momento seu histórico e, paralelamente, as diversas formas de olhares, considerando, principalmente, no que diz respeito ao poder público, os conceitos e formas de intervenção. Em um segundo momento serão apresentados alguns

exemplos das conseqüências da utilização de conceitos e metodologias diferenciadas, a partir da comparação entre os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - para o Município do Rio de Janeiro e do Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro - IPLANRio .

A abordagem, com ênfase no Rio de Janeiro, deve-se principalmente ao fato de ser considerado além de “modelo metropolitano”, modelo cultural do País e o berço da favela e do samba¹. Constituí, portanto,

importante marco inicial e referencial na discussão desta temática. Serve como modelo urbano às outras metrópoles brasileiras “em termos de recursos, de produto gerado e de composição socioeconômica da população”(Abreu, 1987, p.17), além de modelo cultural ao direcionar para o restante do País o seu “modo de vida”, tomado como padrão.

Um conjunto de fatores entre os quais o fato de ter sido a capital do País de 1763 a 1960, ter sido a cidade mais populosa e importante do País até a década de 1950 quando São

* Trabalho escrito em 1997 e apresentado em julho de 1998 no XI Encontro Nacional de Geógrafos sob o título *Olhar sobre as favelas*

** Geógrafa(Msc) do Departamento de Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE

¹ A designação geral de que a favela seria o berço do samba e do carnaval se dá em grande parte em função desta ter assumido um papel decisivo nas expressões culturais e na propagação destas à medida que ia conquistando e concretizando seu espaço e papel na cidade. Associa-se, também, da idéia da favela como “mundo pitoresco”, um dos elementos constituintes do conceito de favela no imaginário popular. O samba na verdade não nasceu na favela, esta apenas representou um importante veículo e campo fértil para sua disseminação, da mesma forma que representou para o futebol e demais manifestações culturais (Parisse, 1969)

Paulo assume esta posição, o complexo urbano compartimentado facilitado pela estrutura física da cidade e o supercongestionamento do núcleo com a progressiva deterioração das periferias seriam, também, os responsáveis por reforçar esta condição de modelo (Abreu, 1987). O fato da origem e batizado da “favela” terem como referência o espaço do Rio de Janeiro, também, reforça tal condição.

A designação de “favela” ao aglomerado estabelecido no Morro da Providência por antigos combatentes da Guerra de Canudos, evocando o local, no sertão baiano, onde se concentravam os seguidores de Antônio Conselheiro, em 1895², marca seu “início” no Rio de Janeiro e no Brasil. A partir daí, o conjunto de elementos que a constitui delinea o modelo que vai solidificar e ratificar nos anos posteriores os preconceitos e conceitos referentes à favela. Aspectos como a localização - preferencialmente em morros - dado entre outros fatores à especificidade da forma da cidade -, características físicas das residências e características socioeconômicas dos moradores seriam alguns destes elementos.

Este estudo, visa, desta forma, fornecer subsídios para a discussão que vem sendo levada a cabo por instituições governamentais e acadêmicas associadas ao espaço-favela.

A Favela: origem, expansão, problema

A cidade do Rio de Janeiro desde suas origens conviveu com várias crises que repercutiram no espaço da habitação, relacionadas a importantes transformações que a cidade passou e ao papel de destaque que teve, e tem tanto no contexto mundial como no nacional.

Às formações sociais³ distintas por que passou a cidade, associam-se as transformações que se deram quanto ao desempenho de suas funções. Estas determinaram ainda a criação de novas formas que deveriam ser capazes de atender mais adequadamente aos interesses políticos e econômicos de cada um desses momentos.

Foi na transição entre os momentos, ou nos períodos de rearrumação para o exercício de novas funções, que a cidade viveu suas mais sérias crises. O reflexo no campo habitacional é facilmente visualizado devido à elevada dimensão que adquire espacialmente. Os exemplos mais nítidos aparecem com a vinda da Família Real no início do Século XIX, na virada do Século XIX para o Século XX, e com o desenvolvimento urbano - industrial, sobretudo a partir da década de 1930, do presente século. Esse último momento proporcionou sem dúvida as mais acirradas contradições entre capital e trabalho, cujo reflexo no plano habitacional foi bastante claro. Os

custos foram altos, principalmente para as classes mais baixas, tanto em decorrência da falta de moradias como pela progressiva valorização do solo urbano.

A favela, embora existente na cidade desde 1897, somente a partir de 1930 passa a se constituir na principal alternativa habitacional para os migrantes e parcela da população, substituindo as outras formas predominantes, até então, como os cortiços, vilas operárias e casas de cômodos. Torna-se o principal destino da população de baixa renda, expulsa de suas antigas residências muitas vezes pelas reformas urbanas ou constantes aumentos de aluguel. Este processo estaria associado à industrialização dos países subdesenvolvidos, ocorrida fundamentalmente a partir dos anos de 1930, e que repercutiu no Brasil como um novo momento de organização social que propiciou entre outras coisas o inchamento das grandes cidades onde a oferta de habitações era inferior à demanda.

A favela adquire assim maior expressão no espaço carioca, vindo a se impor e se expandir nas décadas seguintes, ao mesmo tempo que se desencadeou maior interesse institucional que foi caracterizado, principalmente, por uma política de controle do estado, que ora tendia para a prática de remoção, principalmente nos períodos autoritários, ora para a prática de urbanização, nos períodos mais democráticos.

A expansão das favelas do Rio de Janeiro estaria associada às transformações econômica e política

² Sobre a origem da favela, consultar Oliveira, 1983; Abreu, 1987 e 1993

³ Ao estudar o Município do Rio de Janeiro, Abreu, 1987 op cit utiliza o conceito de formação social como categoria teórica fundamental tendo em vista tratar-se “de um espaço de tempo relativamente curto e uma área geográfica específica”(p 16) Define formação social como uma categoria que trata da totalidade dos processos sociais, econômicos e políticos que atuam numa sociedade, ou seja, a maneira pela qual os processos que juntos formam o modo de produção são histórica e espacialmente determinados

pelas quais passaram o País a partir dos anos de 1940. Segundo Parisse (1969), realiza-se essencialmente no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e associa-se aos anos de crise mais pronunciados, basicamente, entre 1946-1948, desencadeada pela situação geral do País no Pós-guerra que na política teve como importante marco as eleições gerais de 1947. A mobilização política para conhecer, planejar e combater as favelas demonstra que realmente passam a constituir um “problema grave”, um problema urbanístico de primeiro plano. Passa desta forma, finalmente, a merecer atenção do poder público, cujo maior sinal é a realização dos dois primeiros recenseamentos das favelas do Rio de Janeiro: realizado pelo Departamento de Geografia da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1948, e pelo Serviço Nacional de Recenseamento, em 1950, como parte do Recenseamento Geral 1950. Até então,

...não havia mais que censos parciais de algumas favelas, censos levados a efeito pela Campanha dos Parques Proletários provisórios e pela Fundação Leão XIII e estimativas aproximadas, sem uma base definida, como os dados do Serviço Nacional de Febre Amarela (Parisse, 1969, p 16-17)

O aumento da migração, nos anos posteriores, em decorrência do poder de atração que a cidade exerce sobre o restante do País, é, também, um elemento adicional à contínua expansão das favelas, limitada somente a partir de meados da década de 1960, quan-

do o estado adota uma política de erradicação e remoção das mesmas.

Acrescenta-se que na fase subsequente, acompanhando o comportamento demográfico do município, que passa a perder população para outros municípios da região metropolitana, os migrantes trocam a localização preferencial nas favelas para a localização na periferia e passam, desta forma, a contribuir menos para o incremento demográfico do município e das favelas⁴, conforme colocado na conclusão do estudo de Bezerra e Cruz (1982).

Tradicionalmente as favelas têm sido caracterizadas como foco receptor de correntes migratórias. No entanto, mais recentemente, elas não servem de receptáculo aos migrantes, já que vem ocorrendo um controle real do uso do solo, aumentando a segregação espacial e ocasionando um processo de periferização não apenas dos migrantes, mas também da população de baixa renda, que passa a se localizar na periferia em loteamentos populares através do sistema de autoconstrução.

O deslocamento inter e intrafavelas adquire relevância no período e se consolida a partir dos anos de 1980 como uma das tendências dominantes que caracterizam a dinâmica demográfica das favelas⁵.

A década de 1980 foi caracterizada por forte recessão econômica e pela inexistência quase total de políticas habitacionais, tendo como importante marco a extinção do Banco Nacional de Habitação - BNH. Tanto a população de baixa renda

como setores da classe média foram atingidos, passando a ocupar, paulatinamente, as áreas “marginais da cidade”, como as favelas.

No quadro político, este período representou um momento de distensão. A abertura política, iniciada em fins dos anos de 1970, ganhou forma, e se efetivou no correr dos anos de 1980, tendo como símbolos a Nova República e a promulgação da Constituição de 1988. O clímax deste momento, deu-se com a eleição direta para presidente em novembro de 1989.

A crise econômica, a falta de política habitacional adicionadas ao momento de abertura política foram fatores desencadeadores de grande proliferação, expansão e adensamento de favelas e de outras formas alternativas de habitação como os loteamentos clandestinos, os Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs -, as casas de cômodos e os viadutos.

Os loteamentos clandestinos e irregulares saíram da clandestinidade e principalmente na Zona Oeste do município ganharam forma efetiva, e sua existência foi ratificada através do processo de regularização realizado pela prefeitura. As casas de cômodos, os casarões antigos, não obstante as sucessivas ameaças de empresas imobiliárias, passaram a abrigar cada vez mais um número maior de famílias. Outra alternativa foi a ocupação dos viadutos e em escala menor os “esqueletos” abandonados dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEP -, que foram idealizados e construídos durante a primeira gestão do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola em 1983.

⁴ Ver a este respeito Bezerra (1982) e Corrêa (1976)

Embora tradicionalmente sempre tenha sido atribuído papel relevante ao migrante na composição da população favelada desde sua expansão na década de 1940, Parisse (1969) questiona esta afirmativa a partir de alguns dados

⁵ Aspecto abordado em Costa (1996)

A ocorrência das chuvas em 1988, além de agravar o problema habitacional e acirrar a proliferação de várias favelas, possibilitou a ocupação de novas áreas, mesmo por aqueles que anteriormente não estavam em situação de risco, tendo em vista a expectativa da regularização através da aquisição de moradias mais seguras, bem como o título de propriedade.

A forma inicial de invasão, feita na maior parte dos casos após organizarem-se em grupos e tornarem-se cientes das condições dos terrenos das áreas em questão, também caracteriza o momento. Contam com o respaldo de forças políticas⁶ que em muitos casos são representadas por grupos de traficantes, que além de possuírem laços sociais comuns, confundem-se, às vezes, com os ocupantes, o que facilita a resistência e a consolidação destes agrupamentos.

O papel dos traficantes e do tráfico foi fortalecido, no período, em função da mudança do mercado de drogas, haja vista a difusão do consumo da cocaína vendida a varejo na maior parte das favelas. O volume de recursos, bem superior ao que a maconha proporcionava, provocou mudanças expressivas na qualidade e quantidade de armamentos disponíveis, no número de pessoas envolvidas e nas relações com o conjunto das favelas e com o movimento comunitário organizado. Efetivou-se, desta maneira, em certo poder político no mercado das drogas, cuja área de abrangência muitas vezes extrapola a favela em

questão. Outras vezes é responsável pelo surgimento, fixação e domínio de novas comunidades⁷.

Os movimentos comunitários, fortalecidos também no período, destacam-se entre as forças políticas responsáveis por este processo. Por um lado ressaltavam a preocupação na conquista da terra, correspondendo a um movimento de expansão das favelas e por outro a preocupação com a conquista dos serviços públicos, encaminhando a regularização e urbanização das favelas. Como efeito deste processo, houve a criação da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários para atuar principalmente em questões de conflito, a ampliação da eletrificação realizada pela LIGHT (Companhia de eletrificação) e programas específicos de órgãos responsáveis por serviços de infra-estrutura como a Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE - e Companhia de Limpeza Urbana - COMLURB.

Os fatores elencados anteriormente contribuem para uma modificação no caráter destas novas favelas que são formadas de forma mais sólida, sendo o despejo e solvência destas pouco comuns, dada a progressiva organização de seus integrantes e a tolerância do poder público.

O Olhar sobre as favelas: problemas decorrentes da utilização de metodologias e conceitos diferenciados

A emergência da favela como problema institucional está associada à

dimensão que adquire espacialmente a partir dos anos de 1940 e se corporificou de fato como uma das principais questões urbanas.

Entre os principais problemas associados à favela pode-se destacar a sua quantificação pelo significado que possui para o reconhecimento e inserção desta no espaço "real" da cidade. No entanto, está condicionada às diversas formas de conhecer, estudar e intervir no espaço-favela.

Como quantificar, porém, algo que não existe? Sem documento de identidade, localização e limites precisos; sem reconhecimento pelo poder público e conseqüente exclusão no que diz respeito aos benefícios e ônus (taxas e impostos) da urbanização, constitui um espaço à parte, de certa forma aliado do restante da cidade.

A complexidade que envolve a favela decorrente das diferenciações existentes inter e intrafavelas seria outro componente que dificulta o desenvolvimento de base conceitual e metodológica para a operacionalização da pesquisa, cujo efeito pode ser constatado ao observarmos os resultados obtidos em momentos distintos por órgãos que possuem, também, objetivos diversos.

A primeira definição operacional de favela surgiu em 1950 com o Recenseamento Geral do Brasil, contribuição que Parisse (1969) destaca como uma das mais importantes do recenseamento. Ficou evidenciado, também, os primeiros problemas decorrentes da aplicação do conceito para a quantificação e compatibilização com outras fontes de informação de equivalente importância.

⁶ Importante lembrar que as "forças políticas", representadas principalmente por parlamentares, sempre tiveram um papel importante na expansão, proliferação de favelas no município, sobretudo em períodos mais democráticos, aspecto considerado por Parisse (1969) ao analisar a expansão das favelas no Rio de Janeiro

⁷ Revista Pensar e Fazer, 1988

Os primeiros censos de favela já revelavam a “dificuldade de definir favela, de indicar com certeza os seus limites” (ibid., p.18), as dificuldades de acesso e o perigo de se pesquisar em favelas como obstáculos ao seu estudo. A incompatibilidade dos dados dos Censos de 1948 e 1950 corrobora esta asserção:

domicílios a explicação é que “resulta da tendência natural dos pesquisadores a exagerar suas observações, pois basearam-se suas impressões nas cifras excessivas de divulgação corrente, e da natureza acidentada dos terrenos onde a maioria das favelas se encontra localizada”(DGE, 1949, p. 8 apud Parisse, 1969, p.13).

4. *Ausência no todo ou em partes de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e*

5. *Urbanização: área não-urbanizada com falta de arruamento, numeração, emplacamento.* (Oliveira, 1973, p. 2-3).

Se até 1970 eram de acordo com a definição do IBGE, “aglomerados localizados em áreas não-urbanizadas, constituídos de habitações rústicas ou improvisadas, desprovidas de melhoramentos públicos, construídos em terrenos de terceiros (Censo Demográfico 1960)”, em 1980, o próprio IBGE já admite que a maioria dos domicílios era dotada de infra-estrutura, ainda que carente:

O chamado setor especial de aglomerado urbano é aquele com no mínimo 50 domicílios, em sua maioria dotados de infra-estrutura carente e geralmente localizados em terrenos não pertencentes aos moradores como é o caso das favelas, mocambos, palafitas, malocas, etc. (Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1980).

Percebe-se que a partir de 1980 as definições já dão um peso menor à falta de equipamento urbano básico, ao admitir-se em alguns casos a sua existência, mesmo que de forma precária ou parcial. As características físicas individuais das residências, também deixam de ser, pouco a pouco consideradas como elementos diferenciadores deste espaço, e são excluídas dos conceitos, que continuam, entretanto, destacando o aspecto da “desordem” e da falta de arruamentos:

É o aglomerado de habitações que ocupa ilegalmente áreas desprovidas, total ou parcialmente de equipamento urbano básico (Vereador Eliomar Coelho/1987)” “aglomera-

Tabela 1 - Dados gerais das favelas do Rio de Janeiro - 1948/1950

Anos	Dados gerais			
	Favelas	Domicílios	Habitantes	População em favelas (%)
1948 (preliminar)	119	70 605	283 390	14,00
1948 (definitivo)	105	34 567	138 837	7,00
1950	59	44 000	169 305	6,00

Fonte: Parisse, L. Las favelas en la expansion urbana del Rio de Janeiro: estudio geográfico América Latina, Rio de Janeiro, v 12, n 3, p 7-43, jul /set 1969

A análise do Censo das Favelas (1949), feita pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, relata, como causa das disparidades entre os resultados em relação ao número de favelas, o fato de terem sido excluídos nos resultados definitivos “alguns núcleos formados em terrenos com situação legalizada, de propriedade dos habitantes e de haver computado, em uma só unidade, núcleos localizados na mesma unidade topográfica com denominações diferentes” (DGE, 1949, p.7 apud Parisse, 1969, p. 13). Associa-se desta forma a redução do número de agrupamentos a “uma melhor definição da área de favelas” (Parisse, 1969) para os resultados definitivos. Constatou-se, então, que houve para o mesmo censo a utilização de critérios diferentes ao se contabilizar estas áreas.

Em relação ao número da população residente em favelas e número de

Os exemplos e problemas levantados para os primeiros censos se reproduzem nos censos e pesquisas posteriores, assim como as justificativas para as distorções, conforme veremos ao analisarmos os resultados do IBGE e do IPLANRio para as décadas seguintes.

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, as favelas eram definidas pelo IBGE de acordo com o número de unidades residenciais, tipo das residências, condição jurídica de ocupação e infra-estrutura urbana:

1. *Unidades em número superior a 50,*

2. *Predominância de casebres ou barracos de aspecto rústico construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas de zinco, tábuas ou materiais semelhantes;*

3. *Condição jurídica de ocupação: construções sem licenças e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;*

do de habitações, não possuindo saneamento básico necessário a seus moradores, energia elétrica corretamente instalada e água ligada à rede geral; as construções são desordenadas e os acessos feitos por becos e servidões maltraçados; o terreno não é próprio, podendo pertencer ao estado ou a particulares e ocupados através do processo de invasão (Fundação Leão XIII/1982)". "áreas com características dominantes de invasão na época de sua ocupação e falta de título de propriedade da terra (Cadastro de favela, 1983)".

Em 1980, o próprio IBGE já admite que a maioria dos domicílios era dotada de infra-estrutura, ainda que carente, da mesma forma que a Fundação Leão XIII ao admitir a existência de água e energia, embora instaladas de forma incorreta. O IPLANRio ressalta o aspecto de ocupação irregular, sem título de propriedade.

Embora o Censo de 1980 não ressalte a característica quanto ao aspecto "rústico" da residência em sua conceituação, utiliza como critério para delimitação dos setores as características físicas das residências, feita de forma subjetiva pelos técnicos que participaram do censo a partir de:

uma linha imaginária que cortaria as favelas a 20 metros de altura de sua base. Se abaixo desta linha predominassem domicílios de alvenaria, dotados de certa infra-estrutura, a área não seria considerada como setor especial e passaria a integrar um setor urbano sem características de favela (Oliveira, 1983, p.22).

Este critério, contraditoriamente ao conceito adotado no censo e outras definições para o período, superestimava as características físicas das residências, negligenciava as diferenças internas das favelas, ocasionadas sobretudo pela desigual valorização do espaço. Desconsiderava, ainda, as transformações que ocorreram quanto à ocupação, fixação e crescimento das favelas, características físicas das residências e níveis de urbanização. Os resultados associados tanto ao número de favelas, como de sua população foram subestimados.

Ao limitar o número de moradias e o aspecto da construção, a definição além de ficar imprecisa e subjetiva não considera a evolução da favela até hoje. Demonstra que os conceitos e preconceitos relativos à favela, interiorizados por todos, são muito influenciados pelo senso co-

resultados da pesquisa nas análises inclusive do próprio IBGE. Como no trabalho Favelas do Rio de Janeiro de autoria de Oliveira, que limitou a análise até a década de 1970 "imposta pela necessidade de reavaliação dos dados de 1980". A autora justifica que:

Tal necessidade começou a ser sentida quando, com a divulgação dos resultados preliminares do Censo de 1980, se constatou que a taxa de crescimento da população favelada do Rio de Janeiro havia sido de 11,1% entre 1970 e 1980, contra 68,7% entre 1960 e 1970, período em que foram significativas as remoções de favelas. (Oliveira, 1983, p.20).

A Tabela 2 nos possibilita comparar os resultados de 1960, 1970, 1980 e 1991 dos censos do IBGE e verificar as possíveis distorções dos dados, conforme já foi colocado anteriormente

Tabela 2 - População, taxa de crescimento e participação percentual da população das favelas do Rio de Janeiro - 1960/1991

Anos	População das favelas	Taxa de crescimento	Participação percentual
1960	335 063	97,9	10,0
1970	565 135	68,7	13,0
1980	628 170	9,1	12,0
1991	876 761	39,5	16,0

Fonte: Censo demográfico 1960-1991 Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1997

num, dificultando a absorção das transformações ocorridas e formalização de um conceito de base técnico-científica operacional.

A subestimação dos resultados do Censo de 1980 sobressai se considerados os resultados de 1970⁸. Tal aspecto teve como um dos mais sérios efeitos a subutilização dos

O fato de, na década de 1970, terem sido poucos os casos de remoção, dificulta a compreensão da quebra acentuada da taxa de crescimento da população favelada, a diminuição da participação desta sobre a população total, principalmente, se considerarmos os significativos números das décadas anteriores. Outros elementos

⁸ A discussão e crítica sobre a metodologia e resultados do Censo de 1980 são realizadas por Oliveira, 1983; Cavallieri, 1986 e Oliveira; Neumayer, 1983

como a apresentação de crescimento nulo ou mesmo negativo em diversas favelas foram aspectos que ressaltaram a possível “distorção dos dados”, mais evidente ainda quando estes resultados são comparados aos do IPLANRio, divulgados no mesmo momento do IBGE, entre 1982 e 1983, conforme podemos observar na Tabela 3 e que demonstram total incompatibilidade dos dados.

Tabela 3 - Dados gerais das favelas do Rio de Janeiro, segundo o IBGE e o IPLANRio - 1980/1981

Órgãos	Dados gerais			
	Favelas	Domicílios	Habitantes	Taxa de crescimento %
IBGE	192	143 869	628 170	9,1
IPLANRio	377	164 863	722 424	27,8

Fontes: Sinopse preliminar do censo demográfico 1980 Rio de Janeiro: IBGE, v 1, t 1, n 17, 1981; Cadastro de favelas Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1983 3v

Os resultados diferenciados são consequência da utilização de conceitos e metodologias diferenciadas entre as duas fontes. O IPLANRio, ao delimitar o espaço da favela, considerou, como principais, as características “de invasão na época de sua ocupação e a falta do título de propriedade da terra” (Cavallieri, 1983) como predominantes. Ao contrário do Censo de 1980, não limitou o número mínimo de domicílios nem considerou a estrutura física dos mesmos, resultando na inclusão dos domicílios que apresentaram certa infra-estrutura e benfeitorias.

Com objetivo de atualizar e corrigir as possíveis distorções até então existentes sobre as favelas no Município do Rio de Janeiro, no que diz

respeito a sua quantificação e características referentes ao número de domicílios e população, o IPLANRio realizou trabalho de compatibilização dos dados. Buscou-se desta forma a criação de uma fonte básica de informações concernentes às favelas do município:

Trata-se da compatibilização entre o material do cadastro de favelas, aos dados do IBGE e de outras fontes que os pudessem

complementar e enriquecer, com o objetivo principal de fornecer bases demográficas mais confiáveis sobre as áreas faveladas do Município do Rio de Janeiro (Contribuição aos dados de população de favelas do Município do Rio de Janeiro, 1984).

Ao comparar os dados existentes com os dados do IBGE, encontrou-se três situações principais quanto às favelas consideradas pelo IPLANRio. A primeira caracterizada pelo recenseamento de toda a área, a segunda, de parte da área, e ainda os casos em que não foram recenseadas como favelas e que constituíram a terceira situação. Neste último caso, foram incluídas nos Setores Urbanos não-especiais (SUs), conforme demonstrado na Tabela 4.

Para cada favela foi realizada a correlação entre os dados do IBGE e as favelas listadas pelo IPLANRio por região administrativa, contendo o número de domicílios segundo uma fonte e outra. Constatou-se uma diversidade de resultados. Entre os quais, que os limites dos Setores Especiais de Aglomerados Urbanos - SEAU - correspondentes à favela (IBGE) foi o mesmo do IPLANRio, houve desmembramento dos SEAU de algumas favelas, houve a fusão de partes de duas ou mais favelas, houve alteração do nome das favelas.

Outro fato a ser destacado é que muitas favelas, embora tenham sido recentemente cadastradas pela prefeitura, já tinham existência anterior. Confunde-se assim em muitos estudos o tempo de existência ou ini-

Tabela 4 - Dados gerais das favelas do Rio de Janeiro, segundo algumas situações encontradas na compatibilização dos dados IBGE x IPLANRIO - 1984

Situações	Dados gerais			
	Favelas	Domicílios	Habitantes	Participação percentual
Total	376	164 863	722 424	100,0
Recenseou toda a área	160	107 708	466 716	42,0
Recenseou parte da área	74	40 560	183 185	20,0
Não recenseou	142	16 595	72 523	38,0

Fonte: Contribuição aos dados de população das favelas do município do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1984

cio da ocupação com o tempo de existência legal ou reconhecimento pelo poder público. Isto faz com que haja uma superestimação nos números relacionados às décadas mais recentes, quando houve de forma mais efetiva um levantamento sistemático das favelas por parte do órgão de planejamento do município.

Da mesma forma que há uma certa retomada da expansão das favelas no Município do Rio de Janeiro durante a década de 1980, há comportamento semelhante no que diz respeito ao interesse público pelas favelas, relacionado à abertura política e práticas mais democráticas de atuação junto às favelas. Este interesse é de certa forma demonstrado, também, pela preocupação da prefeitura no reconhecimento das favelas existentes, por meio de uma sistemática quantificação, conforme demonstrado na Tabela 5. De 377 favelas reconhecidas pela prefeitura em 1981, há um salto para 545 em 1992.

Ao observarmos os resultados referentes ao Censo Demográfico 1991 no que diz respeito ao número de favelas, equivalente a 462, constatamos que persistem diferenças significativas de resultados, se comparados aos números do IPLANRio, conforme observado na Tabela 5. Acrescenta-se, ainda, que houve significativo aumento em relação ao censo anterior que constatou a existência de 192 favelas (Tabela 3), indicando possível adequação na operacionalização da pesquisa a partir das distorções e críticas levantadas ao recenseamento anterior.

O Censo de 1991 considerou como setores especiais de aglomerados subnormais, atribuídos às “favelas, mocambos e assemelhados”, aqueles constituídos “por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e caren-

te, em sua maioria de serviços públicos essenciais” (Censo Demográfico: manual do recenseador, 1990).

Em relação ao IBGE, que somente a partir do Recenseamento Geral de 1950 começou a dar tratamento específico às favelas, podemos verificar o tratamento diferenciado ao observarmos os conceitos, os procedimentos quanto à operacionalização da pesquisa de campo e às formas de divulgação. Quanto à nomenclatura adotada, até 1960, recebia a designação de favela⁹, em 1970, era chamada de setores excepcionais¹⁰, em 1980, setor especial de aglomerado urbano¹¹ e, em 1991, aglomerados subnormais¹².

No que se refere ao processo de delimitação ou a adoção ou não de base operacional para a pesquisa em favelas, também tivemos modificações no decorrer do período. Em 1950, considerou-se os cadastros prediais domiciliares, em 1960, houve elaboração de cartogramas¹³ que consistiram no cadastro preliminar das favelas a serem recenseadas, tendo como base as informações de outros órgãos de atuação mais específica em favelas, e, em 1980, a revisão e atualização dos limites das favelas em relação aos censos anteriores foram realizadas em campo pelo pesquisador na ocasião do recenseamento¹⁴. Em 1991, os setores foram delimitados e atualizados por ocasião da preparação da Base Operacional Geográfica do Censo.

Tabela 5 - Evolução do número de favelas no Município do Rio de Janeiro - 1981/1992

Anos	Favelas
1981	377
1985	435
1990	460
1992	545

Fontes: Cadastro de favelas Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1983 3v; Delimitação espacial das favelas do município do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1992

⁹ As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico 1950, 1953

¹⁰ Censo demográfico 1970, 1973

¹¹ Metodologia do censo demográfico de 1980, 1983

¹² Censo demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, 1991; MANUAL de delimitação dos setores e das zonas de trabalho de 1990, 1990

¹³ Censo demográfico de 1960: favelas do estado da Guanabara, 1968

¹⁴ cf corpo do trabalho, p 10

¹⁵ Vide nota 9

¹⁶ Tabulações avançadas do censo demográfico: resultados preliminares, 1971

No que diz respeito à divulgação dos resultados também foi observado tratamento diferenciado. Em 1950 e 1960, houve publicações específicas¹⁵, em 1970, foram publicados nos resultados preliminares do Censo Demográfico¹⁶ e os resultados de 1991 saíram publicados no Anuário Estatístico do Brasil 1994.

A falta de propriedade, a desordem e densidade do agrupamento, assim como carência de infra-estrutura são aspectos que abstraídos das definições anteriores sintetizam as principais características ainda definidoras de áreas de favelas. Além de constituírem características imprecisas, agravam-se a generalidade dos conceitos e a utilização de termos como “geralmente”, “em sua maioria”, “carência” não colocados de forma a possibilitar mensuração, denotando a dificuldade em se traçar parâmetros precisos. Estes não são capazes de delimitar o quanto e qual a relevância dos aspectos destacados para diferenciá-los dos outros tipos de setores, em geral adjacentes. Não são capazes de traçar linhas divisórias, ou seja, estabelecer os limites entre uma favela e um setor urbano não-especial. Aspecto este que consiste num dos principais problemas para o estabelecimento de consenso entre diversos agentes e usuários da pesquisa sobre favelas.

A subjetividade que envolve o estudo das favelas, conta com a dificuldade em conceituá-las e quantificá-las, assim como instrumentos metodológicos eficazes e adequados, como principais entraves. Contudo, a exemplo do que foi mostrado, tem havido um empenho, principalmente no nível das administrações munici-

pais, em torná-las de fato reais, criando identidades para as mesmas. Embora sejam espaços irregulares, o fato do reconhecimento público sob a forma de cadastro, identificação nominal e planta das favelas, ratificam o seu reconhecimento e existência na cidade. Além das diferenças de resultados entre órgãos oficiais distintos, conforme apresentado anteriormente: IBGE x IPLANRio, há, ainda, que considerar que estes ainda muitas vezes contradizem o senso comum, representado por fontes informais que tendem a superestimá-los

Considerações finais

Ao longo das últimas décadas, o conjunto de transformações por que passou as favelas deixou marcas quantitativas e qualitativas nestas e na paisagem da cidade, representando importante elemento de reorganização do espaço carioca. Entre estas transformações, as substituições dos barracos de madeira, por construções de alvenaria e posteriormente a verticalização, que representa um dos indicadores do tempo de existência da favela seriam as mais marcantes.

Os migrantes, perdem pouco a pouca a relativa importância que possuíam na composição dos moradores da favela, em detrimento da mobilidade residencial no interior da própria favela e entre favelas, que passam a ser mais significativos no período. As favelas mais antigas expulsam, de forma velada, seus habitantes de menor poder aquisitivo, dada a progressiva valorização do espaço urbano e por conseguinte do espaço das favelas.

A falta de estrutura urbana e de bens que caracterizavam o morador e o seu modo de vida, seria outra importante transformação. Houve projeto de eletrificação, passaram por processo de urbanização, quer por iniciativa do estado ou por iniciativa particular, realização de projetos de regulamentação da posse, mesmo que em alguns casos tenham atingido parcialmente algumas favelas. A aquisição de bens, hoje facilitada pela diminuição dos custos da produção, incentivo à importação e por conseguinte dos preços e pela “facilidade” dada pelo crediário, também alterou as características internas das residências.

Algumas “ruas” foram pavimentadas, embora o traçado irregular persista na configuração destas, já que a estrutura urbana tem que se adaptar à forma das construções e às características internas da favela, já solidificadas ou cristalizadas. A configuração interna do espaço das favelas, mesmo as mais urbanizadas é testemunha do seu passado, da forma original.

As formas de comércio, que antes eram representadas pelas birocas e vendinhas, também se alteraram, tendo sido substituídas por maior especialização do comércio através de lojas e até minimercados.

O conceito de favela é interiorizado e formado a partir de características associadas à cidade-origem- Rio de Janeiro. Agrupa assim um conjunto de elementos, simbólicos ou não, responsáveis pela configuração no inconsciente coletivo e sua formalização. O espaço-favela relaciona-se assim à idéia de morro, pobreza, desordem dos barracos:

“*Conjunto de habitações populares toscamente construídas (por via de regras em morros) e desprovidas de recursos higiênicos*” (Aurélio, dicionário)

“*o que caracteriza as favelas é o ajuntamento desordenado dos barracos*” (Aspectos humanos da favela carioca, 1960).

Embora tenham ocorrido transformações, para tornar realista o conceito da favela, há que se considerar principalmente os elementos que a diferenciam do restante do espaço formal da cidade como características de invasão, ocasionando posse irregular da terra; construção inicial de madeira, denotando necessidade de fincar rapidamente a residência para garantir a permanência, o traçado irregular das ruas e das construções em decorrência do “ajuntamento desordenado” dos barracos ou das primeiras construções que irão determinar a forma definitiva do agrupamento, independente de passar por processo de urbanização ou não. Eles sobrevivem, não obstante as transformações que ocorrem e ainda que não tenham o mesmo peso em relação ao passado

O contraste físico, cultural e socioeconômico, em relação ao restante da cidade, mesmo atenuado em alguns casos pelo aumento do grau

de diferenciação interna das favelas, acentuado pela mudança de novos moradores “de classe média” para algumas favelas e a valorização através de obras de melhoria, por iniciativas particulares ou públicas, permanece como outro importante componente de destinação da cidade formal

A questão que se coloca e mais importante na discussão é como definir a favela e a operacionalização da pesquisa em favelas, ou seja: o que é favela e como estudá-la?

Vimos que num mesmo órgão há dificuldades em se estabelecer parâmetros neste sentido, ao observarmos, no caso do IBGE, a modificação de critérios no decorrer dos Censos Demográficos. Tanto o conceito como a metodologia não são definidos de forma clara e pragmática em cada período, fazendo com que um dos objetivos dos censos, que é possibilitar a comparabilidade dos resultados entre os períodos, não seja efetivamente alcançado no caso das favelas. Há desta forma a tentativa de conciliar os diversos conceitos e tratamentos estabelecidos por diversos órgãos - quer tenham a finalidade de pesquisa e planejamento (Institutos de Planejamentos locais, IBGE) ou assistência social (Fundação Leão XIII) -, e ainda conceitos e preconceitos existentes, associados ao imaginário

popular, que têm um grande peso na definição, sobrepujando os critérios científicos muitas vezes

As transformações por que passaram as favelas estão implícitas, de certa forma, nas transformações conceituais que a acompanharam, embora as diferenciações internas no espaço-favela tenham sido acentuadas, sendo elemento que dificulta uma generalização e utilização de critérios e nomenclaturas universais

A partir da discussão e dos elementos levantados neste texto, pretendeu-se fornecer subsídios para o debate, tanto sobre a definição de favelas como acerca da operacionalização da pesquisa. Deve-se, no entanto, considerar as transformações ocorridas, tanto nas favelas como em termos operacionais com o advento de novos interesses, necessidades e instrumentos metodológicos. Cabe-nos, portanto, refletir sobre a viabilidade de se considerar o espaço-favela como um setor especial, delimitado previamente, ou, se a determinação destas áreas possam ser feitas a partir da análise das características investigadas pelo censo e de cujos resultados possam ser delineadas, unidades territoriais como áreas especiais do conjunto pesquisado para atender aos interesses dos diversos usuários das informações censitárias.

Bibliografia

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1987. 147 p.

— A favela está fazendo cem anos (sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade) In SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3, 1993, Rio de Janeiro *Anais* .. São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, 1993 p. 188-190.

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1994 Rio de Janeiro: IBGE, v. 54, 1994.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 1992/93 Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, n. 3, 1994. 700 p., mapas.
- ASPECTOS humanos da favela carioca. São Paulo: Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, 1960. Suplemento especial d' O Estado de São Paulo, São Paulo, 13, 15 abr. 1960.
- BEZERRA, V. M.; CRUZ, J. M. Imigração e favelas: o caso do Rio de Janeiro em 1970. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 357-367, abr./jun. 1982.
- CADASTRO de favelas. Rio de Janeiro Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1983. 3 v.
- CAVALLIERI, Paulo Fernando (Org.). *Favelas cariocas, mudanças na infra-estrutura: quatro estudos*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1986.
- CENSO DEMOGRÁFICO manual do recenseador, CD 1.09. Rio de Janeiro IBGE, 1990 97 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960. favelas do estado da Guanabara. Rio de Janeiro. IBGE, v. 4, 1968 (Série especial).
- CENSO DEMOGRÁFICO 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, n. 20, 1991.
- COELHO, Rômulo. As favelas do Estado da Guanabara segundo o censo de 1960. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 122, p. 125-141, 1970.
- CONTRIBUIÇÃO aos dados de população de favelas do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1984.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo Ática, 1989. 94 p (Série princípios).
- _____. Localização inicial do imigrante na cidade: o caso do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 116-121, jul./set 1976.
- COSTA, Valéria Grace *A mobilidade residencial: um estudo de caso na favela Pau da Fome, município do Rio de Janeiro*. 1996 129 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DELIMITAÇÃO espacial das favelas do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1992.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950* Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 47 f. (Documentos censitários. Série C, n. 9).
- MANUAL de delimitação dos setores e das zonas de trabalho de 1990 Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- METODOLOGIA do censo demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 478 p (Série relatórios metodológicos, v. 4).
- OLIVEIRA, Jane Souto. *Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 305 p
- PARISSE, Lucien Las favelas en la expansión urbana do Rio de Janeiro: estudio geográfico. *América Latina: revista do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, p. 7-43, 1969.
- REVISTA PENSAR E FAZER. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, dez. 1988. 92 p.
- SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 1, n. 17, 1981.
- TABULAÇÕES avançadas do censo demográfico: resultados preliminares. Rio Janeiro: IBGE, 1971. 131 p.

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para a discussão que envolve a conceituação e operacionalização das pesquisas em favelas. O caso do Município do Rio de Janeiro é estudado a partir da análise dos dados dos Censos Demográficos Brasileiros de 1950 a 1991 e da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Abstract

There purpose of this paper is to contribute to the discussion concerning the concepts and methodology applied in studyng slums (low income urban space) The case of Rio de Janeiro is studied using data from the Brazilian Demografic Censuses from 1950 to 1991 and from the municipal government of Rio de Janeiro